



**FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017**  
Unir as ONG em Defesa da Nossa Herança Comum



Apoio Institucional:

Comissão Organizadora:

## Comunicado de imprensa

### **Fórum do Património 2017 inicia a divulgação da Declaração Final em audiências com órgãos do governo e comissões parlamentares.**

Nas audiências havidas foram destacados os riscos da descentralização em curso, as disfuncionalidades causadas pela excessiva pressão do turismo e da especulação imobiliária sobre os centros e edifícios históricos, e a necessidade de uma revisão profunda do ordenamento jurídico do setor da construção face ao atual enfoque na reabilitação urbana.

A iniciativa Fórum do Património 2017 reuniu em abril passado na Sociedade de Geografia de Lisboa, trinta e quatro Organizações Não Governamentais (ONG) vocacionadas para a defesa do Património Cultural Construído.

No fim do encontro foi aprovada uma Declaração Final onde as ONG subscritoras se comprometem a juntar esforços para promover um conjunto de ações em defesa do Património Cultural, em particular na sua vertente construída, desde a pequena à grande escala: casas antigas, nobres e senhoriais, construções industriais históricas, aldeias tradicionais, bairros e centros históricos e paisagens culturais.

Mercê da adesão de algumas ONG do Património que não participaram no encontro de abril, a Declaração Final é actualmente subscrita por trinta e sete destas entidades, na sua maioria associações, representando mais de cinco mil cidadãos de todo o País, empenhados na defesa do Património Cultural Construído. Cientes das responsabilidades e da legitimidade que lhe confere este documento, e também dando seguimento ao apelo feito na sessão de abertura do Fórum, pelo Senhor Ministro da Cultura, Luís Filipe de Castro Mendes, solicitando *“contributos importantes para encontrarmos soluções que corrijam as assimetrias e as disfuncionalidades”*, a Comissão Organizadora está empenhada na sua ampla divulgação, a começar pelas comissões parlamentares e órgãos do executivo mais directamente envolvidos, cuja participação nas acções a promover é indispensável.



Durante a semana passada, os representantes das associações promotoras do Fórum e do ICOMOS Portugal foram recebidos na Direção Geral do Património Cultural, no Ministério da Cultura, e na Assembleia da República. Nesta última as associações organizadoras do FP'17 foram recebidas pelos deputados que constituem a Comissão para o Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, cujas atribuições e competências na esfera legislativa mais diretamente se relacionam com os objetivos elencados pelas ONG. Nas reuniões havidas foram destacados alguns dos problemas que, nesta altura, afetam a boa gestão daquele Património, desde a actual carência de recursos dos organismos estatais responsáveis pela gestão do Património, até aos riscos da descentralização em curso, passando pelos impactos da pressão turística e da especulação imobiliária sobre os centros e edifícios históricos e o ordenamento jurídico do setor da construção.

O Fórum de Património, que se encontra, ele próprio, em processo e formalização estatutária, propõe-se utilizar a força e legitimidade que lhe advém da sua extensa e bem estruturada base de apoio, para promover as mudanças que se impõem na forma como o Património Cultural Construído tem vindo a ser gerido, de modo a assegurar a sua salvaguarda e utilização sustentável, e constituir uma alternativa credível à abordagem demasiado economicista e de curto prazo, suscitada pela atual situação do País.

Para conseguir os seus objetivos de modo eficaz e durável, o Fórum espera poder influenciar, junto do governo e do parlamento, a produção legislativa com relevância para o Património Cultural Construído.

A série de audiências com os órgãos de soberania continuará em breve com audiências da Comissão parlamentar da Cultura, Juventude e Desportos e com as Direções Regionais de Cultura, entre outras entidades interessadas.

Lisboa, 2017-07-27

Fórum do Património 2017

APAI  
APAC  
APCA  
APRUPP  
GECORPA

Anexo: Declaração Final do Fórum do Património 2017

## **FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2017**

### **Unir as ONG em defesa da Nossa Herança Comum**

#### **DECLARAÇÃO FINAL**

Considerando que enfrentamos uma época caracterizada pela alteração das formas de viver e habitar, com especial impacto nas zonas urbanas, importa garantir que, nessa viragem, não se percam de vista valores tão essenciais como os da identidade e da memória, pilares da coesão social e da união entre os povos.

Tendo em mente que o Património Cultural Construído encerra em si estes valores, afirmando-se como testemunho civilizacional, importa acautelar que o mesmo possa ser devidamente protegido e valorizado. Este património é visto pelas ONG subscritoras deste documento numa perspetiva alargada, desde as paisagens culturais ao património urbano, património edificado (religioso, militar, senhorial, vernacular e industrial), não perdendo de vista as questões ambientais e os valores intangíveis específicos dos sítios culturais;

Considerando estes princípios, e tendo em vista o horizonte de 2018 em que iremos comemorar o Ano Europeu da Herança Cultural, ocasião que proporciona uma oportunidade única para mobilizar e ligar as Organizações da Sociedade Civil, dedicadas à promoção da herança cultural no espaço europeu, as Organizações Não Governamentais (ONG) presentes no Fórum do Património que decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de abril de 2017, comprometem-se a juntar esforços para pôr em prática as seguintes ações:

#### **Sobre as ONG**

1. Dar continuidade à necessária **articulação das ONG** do património conseguida por ocasião do Fórum 2017, de modo a que seja possível implementar uma estratégia comum.

2. Promover estratégias que visem garantir o **financiamento sustentável**, e sem constrangimentos, das atividades das ONG do património tendo em conta o papel que estas desempenham em prol da defesa de uma herança comum.
3. Prosseguir linhas de atuação que incentivem a **coordenação das ONG** do património com entidades públicas e privadas relevantes para a defesa da nossa herança comum, de âmbito nacional, europeu ou internacional.

### **Sobre a Legislação**

4. Pugnar para que seja implementado o que se encontra definido no art.º 10 da **Lei de Bases do Património** (107/2001 de 8 de Setembro), nomeadamente no ponto nº 1 que consigna a importância do contributo ativo das Associações na gestão do património cultural, ou no artigo nº 5 sobre a participação das estruturas associativas de defesa do património cultural junto da Administração Pública na conceção de planos e ações que respeitem à proteção e valorização do património cultural;
5. Propor e acompanhar junto do Governo e da Assembleia da República medidas **legislativas** relevantes na área do património;
6. Exigir, junto da Administração Central, Regional e Local que o ordenamento do território e a gestão do património, particularmente o que se encontra classificado, ou em vias de classificação, bem como das suas respetivas zonas de proteção, sejam reforçados com a adoção clara dos **princípios consignados na Lei e nas normas internacionais**, sobretudo numa época em que se nota uma crescente pressão sobre as zonas históricas dos núcleos urbanos, evitando-se assim a sua captura pelos interesses particulares e de curto prazo, em detrimento dos coletivos e de futuro;
7. Contribuir para que a salvaguarda do **Património Industrial** e do **Património Rural** tenha cada vez mais expressão nas políticas nacionais definidas tanto a nível central, como local, dado que grande parte dos conjuntos, edifícios e objetos da sua cultura material não são devidamente estudados, protegidos ou valorizados, encontrando-se assim em grave risco.

### **Sobre o Estudo, o Ensino e a Formação**

8. Promover o ensino em conservação do património cultural, nomeadamente colaborando com as entidades responsáveis para que os **currículos escolares** reforcem a componente da “Educação para o Património”, apoiando, simultaneamente, todas as iniciativas que possam garantir a implementação da mesma;

9. Apoiar e promover o **estudo** e a **formação técnica** na área do património construído em todas as suas vertentes (projeto, construção, fiscalização, gestão, etc.), de modo a contribuir para a melhoria da qualificação dos técnicos das entidades públicas, empresas e profissionais em geral, imprescindíveis na elaboração e execução de projetos e obras;
10. Pugnar, perante os Organismos Públicos e Privados, que todos os profissionais e empresas que intervêm no Património sejam **devidamente qualificados** de forma a garantir a máxima qualidade e a adequação das intervenções e dos usos;
11. Apoiar as entidades públicas e privadas na elaboração dos **programas de reabilitação** do património cultural construído, contribuindo tanto na definição das metodologias de intervenção mais adequadas, como na identificação de usos compatíveis;
12. Participar nas equipas técnicas que promovam a **classificação e a inventariação** de bens patrimoniais e culturais, sobretudo daqueles que se encontram mais ameaçados.

Lisboa, 10 de abril de 2017

#### **As Organizações Não Governamentais subscritoras:**

A Reserva na Fábrica - Associação para a Criatividade, Mediação Cultural e Empreendedorismo  
Associação Cultural de Azurara da Beira  
Associação de Defesa do Ambiente e do Património de Loures  
Associação de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras  
Associação de Defesa do Património de Coruche  
Associação de Defesa do Património de Sintra  
Associação de Defesa do Património de Soure  
Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria da Azóia  
Associação de Defesa do Património de Beja  
Associação de Defesa do Património Cultural de Alcácer do Sal  
Associação de Defesa do Património Cultural de Monte Redondo  
Associação de Estudos do Alto Tejo  
Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva\*  
Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém  
Associação InCIDADES\*

Associação Portuguesa dos Jardins Históricos  
Associação Portuguesa das Casas Antigas  
Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial  
Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos  
Associação do Património e da População de Alfama  
Associação Portuguesa da Reabilitação Urbana e da Proteção do Património  
Associação Barreiro Património, Memória e Futuro  
Associação Centro da Terra  
Associação Mundo Património  
Auranca-Associação do Ambiente e Património da Branca  
Centro de Arqueologia de Almada  
Centro de Estudos e Cultura, História, Artes e Património  
Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar\*  
Fórum Cidadania Lx  
Fundação das Casas de Fronteira e Alorna  
GECORPA – Grémio do Património  
Grupo Pró-Évora  
International Network for Traditional Building Architecture & Urbanism – Portugal  
International Council on Monuments and Sites – Comissão Nacional Portuguesa  
Movimento Cívico da Salvaguarda do Património Ferroviário do Barreiro  
Palombar – Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural  
Património Histórico - Grupo de Estudos.

\* As ONG assinaladas com asterisco aderiram formalmente à Declaração Final em data posterior a 10 de abril de 2017.